AS CONSEQUÊNCIAS DE UMA LEGISLAÇÃO IMPREGNADA DE IDEOLOGIA: O CASO DO NOVO CÓDIGO CIVIL

Autor(res)

Karin Michele Ruth Popov
Eric Zander Pereira De Mesquita

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Recentemente, um novo Código Civil começou a tramitar no Senado Brasileiro, gerando controvérsias sobre sua carga ideológica. O projeto propõe alterações significativas que impactam diretamente a estrutura social e a dinâmica familiar. Este artigo pretende elucidar as repercussões dessas mudanças, evidenciando a influência ideológica na formulação do novo código.

Objetivo

Este artigo visa aprofundar a análise das modificações propostas pelo novo Código Civil brasileiro, concentrando-se na carga ideológica subjacente e suas ramificações potencialmente adversas para a estrutura social e jurídica do país. Além de avaliar as implicações das mudanças, o estudo focará nos ajustes que afetam a concepção de família, os direitos dos nascituros e a autonomia dos menores.

Material e Métodos

Foi realizada uma revisão das notícias e análises publicadas sobre o novo Código Civil, assim como estudos jurídicos e legislativos relevantes ao tema. Foram examinados artigos, opiniões e comentários críticos de especialistas para construir um panorama das principais críticas ao projeto. Esta abordagem permitiu uma compreensão ampla das implicações práticas e teóricas da legislação proposta, evidenciando os pontos de consenso e divergência na comunidade jurídica e na sociedade civil.

Resultados e Discussão

O anteprojeto do Novo Código Civil brasileiro propõe mudanças significativas que poderiam alterar a sociedade de maneiras controversas:

1. Definição de Vida Humana: Revisão do conceito de início da vida, afetando diretamente as leis sobre aborto.
2. Fragilização do Poder Parental: Introdução da "autonomia progressiva" para menores, reduzindo o controle parental sobre decisões significativas.
3. Perda da Autoridade Parental: Novas definições de "violência psíquica" podem levar à perda da autoridade parental, com critérios vagos que aumentam a intervenção estatal.
4. Animais de Estimação e Família Multiespécie: Reconhecimento legal dos animais como parte da família,

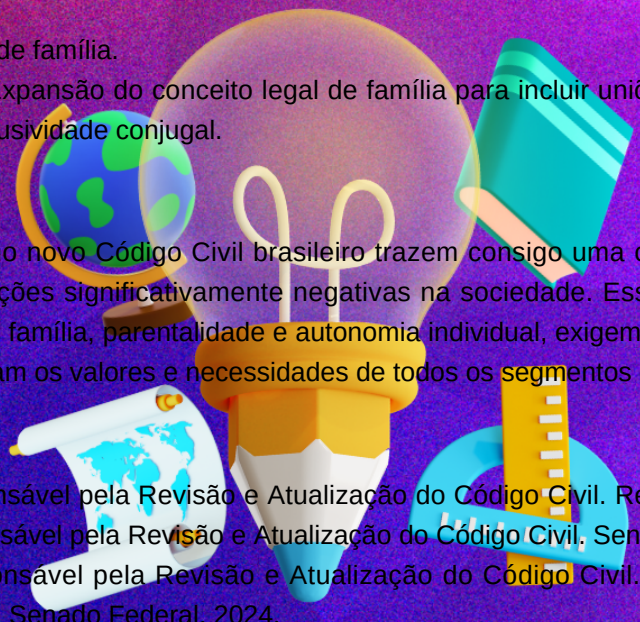
alterando a noção tradicional de família.
5. Sociedade Convivencial: Expansão do conceito legal de família para incluir uniões poliafetivas, desafiando as normas de monogamia e exclusividade conjugal.

Conclusão

As modificações propostas no novo Código Civil brasileiro trazem consigo uma carga ideológica profunda que pode resultar em transformações significativamente negativas na sociedade. Essas alterações, ao redefinirem conceitos fundamentais como família, parentalidade e autonomia individual, exigem um debate amplo e cuidadoso para garantir que as leis reflitam os valores e necessidades de todos os segmentos da população.

Referências

Comissão de Juristas Responsável pela Revisão e Atualização do Código Civil. Relatório Final dos Trabalhos da Comissão de Juristas Responsável pela Revisão e Atualização do Código Civil. Senado Federal, 2024.
Comissão de Juristas Responsável pela Revisão e Atualização do Código Civil. Quadro Comparativo Entre o Código Vigente e Anteprojeto. Senado Federal, 2024.
Senado Federal. Código Civil: Conheça as propostas de juristas para modernizar a legislação.
Senado Federal. Novo Código Civil: Senado recebe anteprojeto de juristas e analisará o texto.
Gazeta do Povo. Novo Código Civil é bomba ideológica prestes a tramitar sem alarde no Senado.
Senado Federal. Girão aponta carga ideológica no anteprojeto do novo Código Civil.
JusBrasil. Novo Código Civil: uma revolução silenciosa no Senado Brasileiro.
Gazeta do Povo. Propostas do novo Código Civil trazem riscos à autoridade dos pais.



3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2